

FMI está reavendo condições para ajudar os endividados

O Fundo Monetário Internacional "está empenhado em uma profunda análise dos programas de ajuste, inclusive uma ampla revisão das condições requeridas para conceder ajuda", revelou ontem em Washington o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Acrescentou que se esperava chegar a algumas conclusões nos próximos 90 dias, porém não cantecipou nenhuma delas.

Os países latino-americanos têm insistido na necessidade de uma modificação das condições impostas pelo FMI aos países que procuram sua ajuda como ponto de partida quase inelutável para a renegociação de suas dívidas externas.

O Peru tem-se negado a aceitar essas condições e o Brasil afirmou que, por razões de soberania, somente aceitará uma negociação com o FMI quando houver concluído negociações independentes com os bancos internacionais.

Camdessus disse que, por causa da atual situação financeira, os países endividados terão dificuldades em obter novos créditos nos bancos comerciais. Porém, acrescentou, as novas dificuldades não devem levar esses países a abandonar seus esforços atuais. E destacou: "Nós devemos continuar perguntando-nos se podemos aplicar a condicionalidade e ao mesmo tempo cumprir eficientemente a missão financeira do FMI".

A grande interrogação, disse, "é se se pode simplificar a condicionalidade — se não se pode reduzir o temor que inspira a alguns países — sem comprometer de forma nenhuma sua efetividade. Por exemplo, as recentes experiências não insinuem talvez que a condicionalidade não perde nada de seu rigor quando é aplicada a um número (mais) reduzido de variáveis essenciais com prazo de desenvolvimento mais realistas?"

Isso quer dizer limitar as áreas de intervenção do FMI e dar mais tempo aos países endividados para que possam executar as reformas necessárias de modo gradual.

Em Montevideu, o vice-presidente da Comunidade Econômica Européia e comissário da CEE para a América Latina, Claude Cheysson, disse que a América Latina e a Europa têm interesses econômicos e políticos conjuntos. Acrescentou que as taxas de juros elevadas não somente tornam insuportável o serviço da dívida externa mas também provocam distorções na economia mundial.

Em Londres, Redman Brown, da empresa Phillips and Drew, afirmou que, se as autoridades bancárias dos Estados Unidos declararem desvalorizada a dívida externa brasileira, a queda das bolsas de valores poderia acelerar-se. Explicou que as ações dos bancos credores do Brasil seriam fortemente afetadas e provavelmente outros setores, além do bancário, seriam atingidos.